



Moção

Pelo aumento do Salário Mínimo Nacional, conquista dos trabalhadores e de Abril

Instituído a 27 de Maio de 1974, o Salário Mínimo Nacional (SMN) foi uma importante conquista da luta dos trabalhadores e da Revolução de Abril, garantindo remuneração mensal não inferior a 3300 escudos para os trabalhadores por conta de outrem, o que beneficiou mais de metade da população activa. A par do SMN cujo estabelecimento cumpre 40 anos, o mesmo diploma consagrou «um conjunto de benefícios sociais especialmente dirigidos a melhorar a situação das classes que se encontram em pior situação», confiando que «o País compreenderá que não podia hesitar-se quanto a este ponto – mesmo que isso signifique sacrifícios temporários para outros grupos sociais» (*sic*). Foi o caso do abono de família, aumentado para 240 escudos; das pensões de reforma e de invalidez, que subiram de 800 para 1650 escudos, seguindo o critério da OIT que colocava o nível mínimo das pensões no valor de metade das menores remunerações; da criação de uma pensão social para pessoas não incluídas nos regimes de previdência mas que estavam inscritas nas instituições de assistência.

40 anos depois, pese embora a luta e resistência à política de direita, o SMN definiu acompanhando o aumento da exploração dos trabalhadores e das desigualdades na distribuição da riqueza a favor do Capital. Dados oficiais mostram que a proporção do Trabalho no Rendimento Nacional nos últimos 50 anos, quer considerando os Ordenados e Salários, quer considerando a Remuneração do Trabalho, tem vindo a diminuir, situando-se, hoje, a níveis inferiores aos registados no último quinquénio da ditadura fascista. Paralelamente, a elite de milionários aumentou em 350 no ano passado. Só os 25 mais ricos de Portugal possuem, em conjunto, o equivalente a 10 por cento do Produto Interno Bruto.

Hoje, são cada vez mais os trabalhadores que em Portugal recebem o SMN, resultado da imposição de políticas com o objectivo de embaratecer o custo da força-de-trabalho. Um estudo recente de um reputado economista estima em 15,2 por cento o total da população activa que recebe o SMN, remuneração que, ao contrário da promessa tantas vezes repetida por sucessivos governos do chamado «arco da governação», continua longe dos almejados padrões europeus, sendo mesmo das mais baixas da UE a 28. Somente nos países do Leste da Europa e nos Balcãs o SMN é inferior ao praticado em Portugal.

À degradação do poder de compra do SMN e em geral dos salários dos trabalhadores, acrescem mais de três anos de roubos, sem ou com o pretexto da «ajuda externa» da troika. Em 2011, o governo PS não cumpriu o acordo que estipulava o valor de 500 euros para o salário mínimo nacional, fixando-o em 485 euros, valor que se mantém e que, após os descontos, fica reduzido a 432 euros, isto é, muito próximo do limiar da pobreza. A época, PS, PSD e CDS até permitiram a aprovação na Assembleia da República de uma resolução a recomendar o cumprimento do acordo subscrito, presumivelmente de boa-fé, pelos parceiros na Concertação Social.

Contas feitas, cada um dos mais de 500 mil trabalhadores que auferem hoje o salário mínimo tem sido roubado em 15 euros por mês desde 2011. Roubo agravado pelo actual Governo PSD/CDS por via de sucessivos Orçamentos do Estado, impondo cortes pesados nos salários e outras componentes remuneratórias, como o pagamento do trabalho suplementar. Esta política reflectiu-se nas empresas do sector privado, permitindo aos patrões a negação do direito à negociação e contratação colectivas. Enquanto fomentava o desemprego e a instabilidade de vínculos laborais, o Governo e a sua maioria fragilizaram a protecção social, facilitaram e embarateceram os despedimentos. Foi exigido ainda o pagamento de mais impostos (IVA e IRS, em especial) e contribuições (os descontos para a ADSE aumentaram, em Agosto de 2013, de 1,5 por cento para 2,25 por cento; em Janeiro deste ano, passaram para 2,5 por cento; este mês aumentaram para 3,5 por cento).

A recusa da valorização dos salários, como factor determinante para uma mais justa distribuição da riqueza e para a dinamização da economia, persiste no «Documento de Estratégia Orçamental», onde o Governo expõe as suas intenções para os próximos anos e que veio dar mais razão à exigência da sua urgente demissão. Entre os frágeis argumentos invocados para não aumentar o salário mínimo nacional, o Governo PSD/CDS invocou a falsa ideia do peso das remunerações na estrutura de custos das empresas e no seu suposto efeito negativo para a competitividade. Na verdade, as remunerações têm um peso de apenas 18 por cento na estrutura de custos das empresas, muito inferior a um conjunto de outros custos, designadamente com a energia, combustíveis, crédito ou seguros. Convém, aliás, referir que estes custos estão sujeitos à estratégia de lucro máximo de um conjunto de empresas e sectores, que depois de privatizadas passaram a penalizar fortemente a economia nacional. Por outro lado, não há razões de competitividade externa, nem de sustentabilidade interna, que desaconselhem o aumento do salário mínimo nacional, confirmando-se que o impacto do aumento previsto na massa salarial será nulo ou, em casos particulares, no máximo de 1,33 por cento. Sem argumentos, a maioria parlamentar e o Governo invocaram durante os últimos dois anos o Pacto de Agressão, assinado por PSD, CDS e PS, onde se estipula o congelamento do salário mínimo nacional».

Os mais de 500 mil trabalhadores que recebem o salário mínimo nacional, tal como mais algumas centenas de milhares que auferem salários pouco superiores e que certamente beneficiarão do aumento para 515 euros, fazem parte das camadas sociais cujos rendimentos são classificados como «de elevada propensão ao consumo». Ou seja, são rendimentos tão baixos que, numa percentagem muito elevada, são absorvidos pelas despesas com necessidades prementes. Logo, um acréscimo salarial reverte para a aquisição de produtos, enquanto nas camadas com rendimentos mais elevados esse acréscimo poderá ser usada para outros fins (poupança, investimento). Acresce que o tipo de consumo das camadas com baixos salários privilegia produção interna. Durante um ano, após o aumento do salário mínimo nacional em 30 euros por mês, cada trabalhador colocará na economia mais de 400 euros. Considerando 500 mil trabalhadores nessa condição, representará 200 milhões de euros.

Considerando tudo isto, os eleitos do PCP e do PEV propõem que esta Assembleia aprove a presente moção exigindo:

- O aumento imediato do Salário Mínimo Nacional para 515 euros no quadro de um processo progressivo que fixe esta remuneração em 600 euros mensais.

Os eleitos da CDU na

União das Freguesias do Cacem e S. Marcos